

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA

A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Por: Déborah Pires Gonçalves

Orientadora

Prof.^a. Dr.^a. Léa Tiriba

Rio de Janeiro

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA

A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho apresentado à Universidade do Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Por: Déborah Pires Gonçalves

Matrícula: 2006. 2. 351 - 123

Rio de Janeiro

2011

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, a uma força superior maior, a qual eu recorri quando nos momentos mais difíceis. Hoje mais do que nunca sei que essa força foi fundamental para chegar até aqui.

Aos meus pais, Denise e Mauricio. O apoio, o amor, os puxões de orelha, os elogios, o incentivo, tudo fizeram parte para que hoje eu possa compartilhar desse sucesso com vocês. Se hoje eu me arrisco em voos maiores é porque vocês me deram base para que isso acontecesse. Se existem os melhores pais do mundo, eu posso dizer que os tenho.

Ao meu irmão, Thiago. De longe, não somos o casal de irmãos perfeito, mas é assim, desse nosso jeito que eu gosto de você, brigando mais que se entendendo, mas me apoiando sempre que necessário.

À minha orientadora, Léa. Pela paciência e compreensão e por estar sempre disposta a me ajudar na construção deste trabalho.

Agradeço ao meu amigo Clayton. Que ao longo da faculdade foi meu companheiro, compartilhou das minhas angústias e foi pacientemente compreensivo em vários momentos. Seu amor e carinho foram fundamentais nessa conquista.

Agradeço a minha – melhor – amiga Nathália, companheira fiel de faculdade, desde o início. Seu ombro amigo, seu carinho acolhedor, nossas crises compartilhadas foram importantes para essa minha conquista, sem você não teria a mesma alegria.

Agradeço a todos que indiretamente ou diretamente fizeram parte desta conquista, meus amigos, familiares, companheiras de trabalho e de faculdade.

EPIGRAFE

"Brincar não é perder tempo, é ganhá-lo. É triste ter meninos sem escola, mas mais triste é vê-los enfileirados em salas sem ar, com exercícios estéreis, sem valor para a formação humana".

Carlos Drummond de Andrade

"Através de uma brincadeira de criança, podemos compreender como ela vê e constrói o mundo- o que ela gostaria que ele fosse, quais suas preocupações e que problemas a estão assediando. Pela brincadeira, ela expressa o que teria dificuldade de colocar em palavras. Nenhuma criança brinca só para passar o tempo, sua escolha é motivada por processos íntimos, desejos, problemas, ansiedades. O que está acontecendo com a mente da criança determina suas atividades lúdicas; brincar é sua linguagem secreta, que devemos respeitar mesmo se não a entendemos".

Bruno Bettelheim

"Brincar é um componente crucial do desenvolvimento, pois, através do brincar a criança é capaz de tornar manejáveis e compreensíveis os aspectos esmagadores e desorientadores do mundo. Na verdade, o brincar é um parceiro insubstituível do desenvolvimento, seu principal motor. Em seu brincar, a criança pode experimentar comportamentos, ações e percepções sem medo de represálias ou fracasso, tomando-se assim mais bem preparada para quando o seu comportamento 'contar'".

Howard Gardner

RESUMO

Este trabalho de cunho bibliográfico vem abordar o tema do brincar na Educação Infantil com intuito de analisar qual a importância da brincadeira no processo de desenvolvimento das crianças. Para atingir este objetivo foi realizada uma análise na Legislação Educacional vigente que assegura o brincar como direito de toda criança, uma análise sobre o ato de brincar. Observou-se que a criança cria uma situação imaginária no brinquedo, proporcionando assim a criação por parte da criança. Por fim, analisou-se a importância do professor enquanto mediador da criança com o mundo. Como conclusão, analisou-se que a brincadeira é insubstituível, desde a primeira fase.

Palavras-chaves: Educação Infantil- brincar- criança

ABSTRACT

This bibliographic work broaches the subject of playing in early Childhood Education in order to analyze what is the importance of playing in the development of children. To achieve this goal an analysis was performed on Educational Legislation in force that ensures the right of playing to every child, an analysis about the act of playing. It was observed that the child creates an imaginary situation with the toy, thus providing the act of creating on the child. Finally, it was analyzed the importance of the teacher as facilitator of the child with the world. In conclusion, it was analyzed that playing is irreplaceable, since the first phase of childhood.

Keywords: early Childhood Education-play-child

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO I - A Educação Infantil e o brincar segundo a Legislação Brasileira e as políticas educacionais.....	13
CAPÍTULO II – O brincar em perspectiva.....	23
2.1 A importância do brincar na Educação Infantil.....	27
2.2 O papel do brincar na infância.....	31
2.3 O professor e as atividades lúdicas.....	33
CONCLUSÃO.....	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41

INTRODUÇÃO

Falar em Educação Infantil é muito mais do que falar de uma instituição, de suas qualidades e defeitos ou de sua importância educacional. É falar de criança. De um pequeno ser humano, dependente, indefeso, mas que é capaz de chamar a atenção de todos a sua volta, que irradia vida em seu olhar, em suas atitudes. Falar em Educação Infantil é falar em um ser todo aberto para o outro, e só o faz, no outro, se houver paixão. Falar em Educação Infantil é tocar no mistério da pessoa humana enquanto vida em busca de plenitude, de felicidade e de encontro.

A brincadeira infantil vem sendo tema de inúmeras pesquisas. É possível observar que em todas as concepções teóricas sobre o desenvolvimento e educação, a brincadeira aparece como fundamental no desenvolvimento de qualquer criança.

A infância é fascinante. É neste período da nossa vida que exteriorizamos nossos sentimentos, nossas experiências e fundamentalmente nossa criatividade da forma mais espontânea que existe: brincando. O brincar é a forma de a criança conhecer e elaborar suas experiências. Através da brincadeira a criança interage com a realidade e estabelece relações com o mundo em que vive.

Na escola, o professor deve agir como mediador das crianças nas relações com o mundo que as cerca, essa atitude permite que os professores acompanhem a história de cada criança, entendendo-a em seu universo particular, respeitando sua singularidade enquanto criança, e enquanto ser de vontade própria. Nesta perspectiva, o conhecimento surge da relação que as

crianças estabelecem com outras crianças e com os adultos, cabendo ao professor valorizar, através das brincadeiras, também os valores e as culturas da sociedade.

O ser humano, por sua natureza, é expressivo, afetivo e relacional, mas muitas vezes, por algum motivo, essas possibilidades são bloqueadas. É necessário trabalhar as emoções, independente da idade. Sendo o adulto um educador, ele deverá procurar ter consciência de suas limitações a fim de superá-las. Um educador bem informado e preparado terá condições de intervir e proporcionar com maior intensidade o desenvolvimento da criança.

Mas até que ponto as práticas de sala de aula estão pautadas em uma postura de respeito à singularidade da criança? Como o ato de brincar está sendo utilizado pelos professores como recurso pedagógico em sala de aula?

Nesta ótica o objetivo geral deste estudo é discutir e analisar a importância do lúdico, jogos e brincadeiras, do desenvolvimento da criança na Educação Infantil, baseado na minha experiência enquanto educadora e em referenciais teóricos.

Como objetivos específicos, procurar-se-á: observar como as atividades lúdicas podem desenvolver a capacidade da criança em coordenar suas necessidades e pontos de vista possibilitando uma interação social; Demonstrar a importância do brincar na Educação Infantil; Analisar do professor que valorize e considere o lúdico como ferramenta de aprendizagem.

Apesar da minha pouca experiência enquanto educadora, ao longo de quatro anos, pude observar que entre educadores falar sobre a importância do brincar, das brincadeiras e jogos no processo ensino aprendizagem ainda soa

como estranho. Um dos inúmeros motivos da realização desse estudo é comprovar que/com a utilização de jogos e brincadeiras na escola, haverá uma contribuição para a formação de atitudes sociais, como, respeito mútuo, cooperação, relação social e interação, auxiliando na construção do conhecimento.

Além disso, acredito que o brincar na Educação Infantil é essencial no desenvolvimento pleno da criança, e que o papel do professor na Educação Infantil é essencial, no que diz respeito à disponibilização de materiais que funcionem com instrumentos eficazes na construção do conhecimento.

Por meio de pesquisas bibliográficas referentes a autores que tratam sobre a problemática - a importância do brincar na Educação Infantil – buscou-se de forma sintética as contribuições mais relevantes dos autores supracitados para o entendimento dos jogos e brincadeiras como possibilidades de desenvolvimento para as crianças na educação infantil.

O primeiro capítulo busca recuperar os encaminhamentos legais referentes à educação da criança nas Constituições, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Estatuto da Criança e do Adolescente e nos ordenamentos e desdobramentos que se configuram a partir das leis. O estudo apoiou-se na concepção de criança e do brincar abordada nos dispositivos legais para orientar as ações educacionais voltadas para a criança de zero a seis anos.

O segundo capítulo traz reflexões sobre o brincar e seus desdobramentos. A sua importância na Educação Infantil, o papel do brinquedo na infância e a relação do professor com as atividades lúdicas, o seu papel na

Duvidas?

mediação da criança com o mundo e na disponibilização de materiais que permitam as atividades lúdicas.

Ao final apresento algumas considerações sobre o que a conclusão do trabalho me trouxe em termos teóricos e práticos.

CAPÍTULO I - A Educação Infantil e o brincar segundo a Legislação

Brasileira e as políticas educacionais.

Começo o meu trabalho tratando da legislação referente à Educação Infantil, pois acredito que antes de qualquer trabalho que venha a ser desenvolvido nas creches e pré-escolas, o mesmo precisa ser pautado no que diz a Lei. É necessário que se conheça o que ela diz nossos direitos e deveres enquanto cidadãos, professores, pais e etc. Além disso, é a Lei que assegura a toda criança o acesso às creches e pré-escolas e legitima as creches e pré-escolas como o lugar de favorecimento do brincar.

No Brasil, as primeiras Constituições sequer faziam menção à infância em seus artigos referentes à educação. Portanto, perante a lei, a existência da criança menor de seis anos era inexistente. Logo ela não tinha direitos educacionais assegurados.

O reconhecimento do direito a educação da criança de 0 a 6 anos é recente em nosso país. No final do século XIX já existiam algumas instituições destinadas à crianças menores de seis anos, mas somente na segunda metade do século XX que as creches e pré-escolas expandiram-se no Brasil. Foi então que, aliado a expansão das creches e pré-escolas, na Constituição de 1988 o direito a educação da criança foi assegurado, e sendo reafirmado no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), na Lei Orgânica da Assistência (1993) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996).

A inclusão do atendimento em creches e pré-escolas como um direito social das crianças menores de seis anos na Constituição de 1988, no artigo que trata dos direitos à educação, representou um marco de grande importância no panorama na educação brasileira. Fica explícito que “o *dever do*

Estado com a educação será efetivado mediante garantia de (...) atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade” (Art. 208, Inciso IV).

Após a aprovação da Constituição de 1988, o Brasil entrou num período de discussão de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB, sua promulgação em 20 de Dezembro de 1996 introduziu uma série de inovações na Educação Básica, e veio consolidando os princípios estabelecidos na Constituição Federal.

No que tange a Educação Infantil, a LDB/96 trata a mesma numa seção específica, a seção II, do capítulo II, que se refere à educação básica. Além disso, em outro artigo inclui expressamente a Educação Infantil como pertencente da Educação Básica, no Art. 21, Capítulo I. E ainda define a sua finalidade no Art. 29:

— “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.”

Outro ponto importante a ser destacado na LDB é a diretriz para o processo avaliativo na Educação Infantil (Art.31) que deve ser flexível, sem discriminação, sem o objetivo de promoção ou punição, fortalecendo, assim, a ideia de formação básica e consistente da criança.

Vale ressaltar que a LDB é a Lei maior da educação, é ela que norteia toda a educação escolar no Brasil, por isso faz-se necessário que todos aqueles que atuam nas instituições escolares tenham amplo conhecimento do seu conteúdo.

LDB
1996

Como primeira etapa da educação básica, a Educação Infantil possui alguns critérios que devem ser respeitados, são elas:

- A Educação Infantil é direito de todas as crianças;
- Nos municípios, é uma das prioridades da política educacional;
- A sua oferta, pública ou privada, deve ser regulamentada no âmbito dos sistemas de ensino;
- É a primeira etapa da Educação Básica;
- O profissional que atua junto as crianças, deve ter formação e qualificação em docência, no mínimo em curso de magistério a nível médio, e na formação a nível superior, nos cursos de Pedagogia.

Diante do colocado, fica claro que a Educação Infantil saiu do caráter meramente assistencialista para assumir o papel da primeira etapa da educação básica, sendo direito legal de qualquer criança o acesso a creches e pré-escolas. Além disso, seu objetivo passa a ser o de desenvolver integralmente, nos aspectos físicos, sociais, intelectuais e psicológicos, a criança de zero a seis anos, completando assim a atuação da família e da sociedade na formação da criança.

As creches, agora legalmente configuradas como unidades escolares, passam a exercer uma função de maior responsabilidade na medida em que adquirem autonomia pedagógica e administrativa. Autonomia esta que flexibiliza o funcionamento da instituição pela possibilidade de adoção das práticas que melhor convirem com a realidade em que se localiza.

Ainda assim, apesar de todo avanço, é preciso considerar que na história da Educação Infantil o atendimento a criança se mesclou com diferentes concepções de educação. E desde então, muitos pesquisadores

discutem como inserir de fato as creches e pré-escolas no sistema educacional sem impor um modelo escolarizante. Embora previsto por lei, pela Constituição (BRASIL, 1988) e pela LDB (BRASIL, 1996) a inserção das creches e pré-escolas no sistema educacional já seja uma realidade, ainda não existe um consenso nessa questão.

O fato mais importante é que com o princípio constitucional do direito a educação desde o nascimento e a concepção de educação infantil como primeira etapa da educação básica, estamos no caminho da construção de uma nova creche e pré-escola, que não seja mais distinta das outras instituições educacionais, nem diferente em objetivos e procedimentos, mas que valorize a atenção a criança.

Conforme citado acima, a Constituição Federal de 1988 e a LDB de 1996 ampliam as possibilidades de atendimento da criança de zero a seis anos.

Em 1998, foi elaborado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), no contexto da definição dos Parâmetros Curriculares Nacionais e atendendo ao estabelecido pela LDB que prevê a necessidade de uma base nacional comum para os currículos. Neste mesmo ano, o Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). Nos dias de hoje, embora seja uma recomendação importante e válida, o RCNEI é considerado, por alguns pesquisadores, ultrapassado em alguns aspectos. Já as DCNEI é a lei maior que rege a Educação Infantil e foi reformulada em 2009.

Em função disso, os documentos da DCNEI juntamente com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica têm subsidiado a

elaboração das novas propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil. De acordo com a Revisão de 11 De Novembro de 2009, no seu Art. 2º:

“As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas na área e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares.”

A reformulação das Diretrizes se deu devido ao recorrente aparecimento de novos desafios colocados para a Educação Infantil, e embora os princípios colocados nas Diretrizes anterior (Resolução CNE/CEB nº1/99 e Parecer CNE/CEB nº 22/98) não tenham perdido a validade, algumas questões diminuíram seu espaço no debate atual, e outras ganharam força e precisavam ser discutidas e levadas em consideração. A revisão e atualização das Diretrizes foi essencial pois nela foi incorporada todos os avanços presentes em movimentos sociais na educação, na política e produção científica.

Por possuir caráter mandatório, as DCNEI orientam o planejamento e desenvolvimento dos projetos políticos pedagógicos nas instituições de Educação Infantil, por isso a importância da lei estar sempre atualizada conforme a demanda dos debates atuais.

No que diz respeito à definição de um currículo para a Educação Infantil, o Parecer (nº 20/2009) que fundamentou a aprovação da Resolução pelo Conselho Nacional de Educação das novas DCNEI ressalta que, independente da nomenclatura utilizada, é importante que se tenha uma “proposta pedagógica” ou “projeto pedagógico”, pois o mesmo orienta as ações da

instituição. Neste sentido, o documento propõe que a criança seja o centro do planejamento curricular, como está nesse trecho:

— “A criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas a ela disponibilizadas e por ela estabelecidas com adultos e crianças de diferentes idades nos grupos e contextos culturais nos quais se insere. Nessas condições ela faz amizades, brinca com água ou terra, faz-de-conta, deseja, aprende, observa, conversa, experimenta, questiona, constrói sentidos sobre o mundo e suas identidades pessoal e coletiva, produzindo cultura.” (Parecer CNE/CEB nº 20/2009, p.7).

Sendo assim, respeitar a especificidade da criança é fundamental para o bom desenvolvimento infantil. Dentro dessa visão da criança como sujeito histórico, o brincar é destacado como uma atividade muito importante para a criança pequena. Segundo o Parecer:

Brincar dá à criança oportunidade para imitar o conhecido e para construir o novo, conforme ela reconstrói o cenário necessário para que sua fantasia se aproxime ou se distancie da realidade vivida, assumindo personagens e transformando objetos pelo uso que deles faz. (Parecer CNE/CEB nº 20/2009, p.7).

O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (Brasil,1998, p.13), especifica os vários aspectos a serem contemplados, dentre eles o brincar.

Diz assim:

A qualidade das experiências oferecidas que podem contribuir para o exercício da cidadania, respeitando-se as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de zero a seis anos, devem estar embasadas nos seguintes princípios:
O respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas, etc.;
O direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;

O acesso das crianças aos bens sócio culturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação, ao pensamento, à ética e à ciência.

A socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;

O atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade. (RCNEI, p.13)

O educar, na visão do RCNEI, contempla também a necessidade de se proporcionar aprendizagens que ocorram durante o 'brincar' espontâneo ou intencional orientadas pelos adultos, que subsidiarão o desenvolvimento da criança. Assim:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis.(RCNEI, 1998, p.23)

Pode-se perceber que o RCNEI coloca em seu conteúdo pressupostos que sejam seguidos pelas creches e pré-escolas, para que propiciem às crianças maior socialização e aprendizagem, independente de classe social, raça, religião e outros. Há, neste documento, indicativos para que as instituições compreendam o objetivo da educação infantil como o de educar para além da visão assistencialista, que o educar engloba também possibilitar que a criança viva a sua infância, sendo aquela que exige cuidados sim, mas que também brinca, imagina. O entendimento de que educar e brincar não

estão dissociados será importantíssimo para esta fase de desenvolvimento da criança no que se refere ao trabalho educativo que será desenvolvido no interior das escolas.

Ainda no Parecer (CNE/CEB nº 20/2009) das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil é clara a ideia de que deve haver a *“valorização da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.”* (p.9). As instituições de Educação Infantil precisam organizar um cotidiano que ofereça situações agradáveis, estimulantes que desafiem o que o grupo, ou cada criança já sabem, ampliando as possibilidades infantis de se expressar, criar, brincar, ter iniciativa, entre outros.

As DCNEI (Brasil, 2009) reafirmam, o direito de brincar. O Art. 4º, por exemplo, entre outras coisas, prevê que as propostas pedagógicas devem considerar a criança como centro do planejamento, e que a mesma brinca, imagina, fantasia, experimenta, na construção da sua identidade.

Como está no Art. 4º:

As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Para além do direito de brincar de toda criança expressado em Lei, as creches e pré-escolas têm a tarefa de garantir as crianças o direito de viver sua infância plenamente e se desenvolver. Para isso as experiências vividas no

espaço da Educação Infantil “*devem possibilitar o encontro pela criança de explicações sobre o que ocorre á sua volta e consigo mesma enquanto desenvolvem formas de agir, sentir e pensar.*” (Parecer CNE/CEB nº 20/2009, p.14).

Quando as crianças têm experiências variadas com diversas linguagens, reconhecendo o mundo no qual estão inseridas, desenvolvem suas formas de agir, sentir e pensar, e nesse processo a brincadeira se faz presente, e deve ser valorizada.

Outro documento ressalta o brincar como direito de toda criança que frequenta as creches e pré-escolas, em “Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças” (Brasília, MEC, 1995) as autoras apresentam de forma clara e sucinta, critérios relativos às práticas concretas adotadas no trabalho direto com a criança. São doze critérios, que elas definem como direitos básicos. Dentre eles, está presente, entre outros, o tópico “Todas as crianças têm direito à brincadeira”, que ressalta os seguintes itens:

- Os brinquedos estão disponíveis às crianças em todos os momentos;
- Os brinquedos são guardados em locais de livre acesso às crianças;
- As rotinas da creche são flexíveis e reservam períodos longos para as brincadeiras livres das crianças;
- As famílias recebem orientação sobre a importância das brincadeiras para o desenvolvimento infantil;
- As salas onde as crianças ficam estão arrumadas de forma a facilitar brincadeiras espontâneas e interativas;
- Ajudamos as crianças a aprender a usar brinquedos novos;

- Os adultos também propõem brincadeiras às crianças;
- Os espaços externos permitem as brincadeiras das crianças.

As creches e pré-escolas, conforme as Leis e documentos apresentados constituem-se como locais legítimos de favorecimento do desenvolvimento infantil, uma vez que têm a função de educar e cuidar da criança em suas múltiplas necessidades. Ao considerar a importância do brincar nas creches e pré-escolas, a LDB, o RCNEI e as DCNEI deixam clara a ideia de que deve haver espaço para o brincar e para os jogos e as brincadeiras. E que o brincar é extremamente importante para o desenvolvimento infantil.

CAPÍTULO II - O brincar em perspectiva

Neste capítulo, o objetivo é demonstrar a importância do brincar para a criança. Faço um breve histórico da origem do brincar, para depois falar da sua importância na Educação Infantil, o papel do brinquedo e a relação do professor com as atividades lúdicas. Utilizo os termos brincadeira e jogos como sinônimos.

Definir o que é brincadeira não é fácil. Kishimoto (1997), por exemplo, cita que uma criança atirando com um arco e flecha pode ser uma brincadeira ou pode ser uma criança que está se preparando para a arte da caça (como ocorre num contexto indígena). Vários autores têm caracterizado a brincadeira como a atividade ou ação própria da criança, voluntária ou espontânea, delimitada no tempo e no espaço, prazerosa, constituída por reforçadores positivos intrínsecos, com um fim em si mesma e tendo uma relação íntima com a criança. (Wajskop, 1995; Kishimoto, 1997).

Ângela Borba fala dessa relação criança x brincadeira, quando diz assim:

A brincadeira é uma palavra estreitamente associada à infância e às crianças. Porém, ao menos nas sociedades ocidentais, ainda é considerada irrelevante ou de pouco valor do ponto de vista da educação formal, assumindo frequentemente a significação de oposição ao trabalho, tanto no contexto da escola quanto no cotidiano familiar. (BORBA, 2006, p.34)

A partir disso, é clara a ideia de que o brincar faz parte da infância, porém ainda hoje, em várias ocasiões, os adultos (professores ou pais), propõem determinadas atividades para as crianças que parecem não cumprir com as ideias acima discutidas, mas que são chamadas pelos próprios adultos de “brincadeiras”.

Até se chegar a essa concepção do brincar como atividade prazerosa na infância, muitos estudos foram feitos a cerca da origem do brincar na educação. Historicamente o brincar, o jogo é uma das ocorrências mais antigas dentro da história da humanidade. Ao falar sobre a história do jogo, Kishimoto coloca que:

Do ponto de vista histórico, a análise do jogo é feita a partir da imagem da criança presente no cotidiano de uma determinada época. O lugar da criança ocupa num contexto social específico, a educação a que está submetida e o conjunto de relações sociais que mantém com personagens do seu mundo, tudo isto permite compreender melhor o cotidiano infantil – é nesse cotidiano que se forma a imagem da criança e do seu brincar. (KISHIMOTO, 2006, p.7).

Assim o jogo nasce juntamente com as crianças e assim como Kishimoto, acredito que esse nascer contribui na formação da personalidade das mesmas.

Mas nem sempre o jogo foi visto dessa forma, antigamente as crianças participavam das mesmas brincadeiras dos adultos. As festas e brincadeiras tinham a finalidade de estreitar laços afetivos, e toda a comunidade participava. Esses jogos e brincadeiras eram vistos sob duas perspectivas. Uma parte da sociedade aceitava este tipo de atitude, pois a viam como meio de crescimento social, já outra parte recriminava, pois associavam os jogos e brincadeiras aos prazeres carnais, ao vício e ao azar.

Para Kishimoto (2006), os jogos infantis não possuem uma origem certa, pois além de seus criadores serem anônimos, são de origem muito antiga, acreditando-se que povos da Grécia e Oriente brincavam de papagaios e de jogar pedrinhas. Essas práticas teriam sido transmitidas por gerações e

ganharam novas ressignificações até chegar aos brinquedos tradicionais que hoje conhecemos.

Qualquer que seja o jogo ou brincadeira, ambos estão inseridos na cultura lúdica popular de determinados povos, *“enquanto manifestação espontânea da cultura popular, os jogos tradicionais têm a função de perpetuar a cultura infantil e desenvolver formas de convivência social”*. (KISHIMOTO, 2006, p.15).

Foram os humanistas do Renascimento que perceberam as possibilidades educativas dos jogos e passaram a utilizá-los. Os jogos e brincadeiras passaram a ser considerados como uma forma de preservar a moralidade dos "mini adultos", proibindo-se os jogos considerados "maus" e aconselhando-se aqueles considerados "bons" (WAJSKOP, 1995, p. 63).

Havia uma preocupação com a moral, a saúde e o bem comum, as propostas então eram elaboradas baseadas no jogo especializado, de acordo com a idade e o desenvolvimento da criança. Com a ruptura do pensamento romântico deixou-se de ver a brincadeira apenas como um ato lúdico, para ser valorizada no espaço educativo.

Wajskop (1995) destaca que pesquisadores como Comenius, Rousseau e Pestalozzi contribuíram para a valorização da infância. Baseados numa concepção idealista e protetora da criança propuseram uma educação dos sentidos, utilizando-se de brinquedos e centrada na recreação. Assim, iniciou-se, a elaboração de métodos próprios para a educação infantil. A partir dessas

ideias passa-se a ver a educação das crianças pequenas com características particulares, e não mais como a educação dos "mini adultos".

Os pedagogos Friedrich Fröbel, Maria Montessori e Ovide Décroly realizaram pesquisas a respeito da criança e foram os primeiros a romper com a educação verbal e tradicionalista de sua época. Estes pesquisadores propuseram e iniciaram a educação sensorial, baseada na utilização de jogos e materiais didáticos, que deveria traduzir, na sua essência, a crença em uma educação natural dos instintos infantis.

Fröbel foi o primeiro educador que justificou o uso do brincar no processo educativo. Tinha uma visão pedagógica do ato de brincar. Para ele, o brincar pelo ato de brincar desenvolve os aspectos físicos, morais e cognitivos, entre outros. Entretanto, o estudioso defende também, a necessidade da orientação do adulto para que esse desenvolvimento ocorra.

Segundo Kishimoto (apud SANTOS, 1999, p. 30), no Brasil: os jardins de infância froebelianos penetram nas instituições particulares, como inovação pedagógica, destinadas à elite da época, como forma de mostrar a modernidade da escola, que oferece um curso semelhante ao divulgado no então modelar sistema educacional americano. O movimento da Escola Nova deu continuidade à concepção de criança lúdica, já implantada por Fröbel.

John Dewey, discípulo da Escola Nova, concebia a brincadeira como uma ação livre e espontânea. A brincadeira era vista como a expressão dos sentimentos, necessidades e interesses da criança. As ideias trazidas pelo

movimento da Escola Nova ganharam força no Brasil na década de 20. Sendo assim, os jogos ganharam força e eram utilizados como meio de ensino.

A partir das décadas de 60 e 70, a psicologia do desenvolvimento e psicanálise contribuíram para que a infância fosse vista como o período principal do desenvolvimento humano, enfatizando o papel da brincadeira na educação infantil.

Hoje, partindo de uma visão sócio histórica, a criança está em constante modificação e desenvolvimento por estar imersa na sociedade, interagindo com os adultos, e produzindo e reproduzindo cultura a partir daquilo que vivencia. Esse desenvolvimento ocorre através da interação e da experiência social. Desta forma, rompe-se com as ideias que idealizam a criança como “mini adultos” e passam a considerá-las como sujeitos ativos na sociedade, que experimentam e interagem essencialmente pela brincadeira. Daí sua importância no âmbito escolar.

2.1 A importância do brincar na Educação Infantil

O brincar é sem dúvida um meio pelo qual as crianças exploram uma variedade de experiências e se apropriam de conhecimentos que possibilitarão sua ação sobre o meio em que se encontra. Desenvolve-se a sociabilidade, aprende-se a conviver com o próximo, aprende-se a trabalhar em equipe, e aceitar as diferenças. Longe de ser apenas uma atividade da criança, a brincadeira é uma aprendizagem social.

Quando ingressa na Educação Infantil, a criança começa a interagir com ambientes diversos, e que nem sempre condizem com aqueles de que ela até

então fazia parte. Na escola, a criança está inserida num ambiente diferente, com ritmos diferentes, com objetos, ações e relações ainda desconhecidos. Esta diversidade e heterogeneidade são elementos primordiais para o enriquecimento das crianças.

Além disso, a infância é a época de descobertas, experimentação, e na brincadeira a criança encontra, além de uma maneira de interagir, a oportunidade de ressignificar a realidade. Machado (apud OLIVEIRA 2000, p. 27) nos diz que: *"... a criança é um ser social, o que significa dizer que seu desenvolvimento se dá entre outros seres humanos, em um espaço e tempo determinados."*

O brincar é uma ação que ocorre no campo da imaginação, assim, ao brincar a criança faz uso de uma linguagem simbólica, que tira as coisas da realidade para ganharem significado em outro espaço. Quando uma criança pega um pedaço de madeira, por exemplo, e imagina ser uma casa, está estabelecendo uma relação de imaginação e criação, ela recria a realidade a partir da sua imaginação.

Além disso, para a criança é importante brincar porque na brincadeira ela age sem medo de errar, adquirindo conhecimento espontaneamente e com prazer. A criança brinca com os objetos externos e internos num processo de troca com a realidade e a fantasia. Nessa ação a criança libera o medo do novo, do desconhecido. Ela brinca com o desconhecido para torná-lo conhecido.

A brincadeira proporciona essa construção, a exploração do mundo, do meio ambiente, da manipulação de objetos. A criança aprende a partir disso, ela busca fora de si o conhecimento, para mais tarde internalizá-lo. É nessas buscas, nesses movimentos que novos esquemas são assimilados. O brincar permite que esta troca intensa entre o que está dentro e o que está fora ocorra, pois a brincadeira não está dentro nem fora, ela está aonde nós queremos que ela esteja.

bom!

Todo professor que atua na Educação Infantil, certamente já passou pela experiência de observar seus alunos em atitudes, no mínimo, curiosas: conversam com brinquedos e objetos como se tivessem vida, transformam papéis, massinha em comidinhas e servem aos amigos e professoras, assumem a personalidade de outras pessoas, viram a professora da turma, tratam de doentes como se fossem médicos, cuidam dos bonecos, ou do próprio amigo como seus filhos, e retratam seus pais, conversam como se fossem adultos, e por diversas vezes repetem o diálogo ocorrido entre professoras, mesmo que ainda não saibam o significado de tal conversa.

Diva Maranhão (2007), baseada na teoria de Vygotsky e a importância que ele dá ao brincar, se refere a essa ação imitativa da criança:

Vemos que a importância que ele atribui ao ato de brincar, pois para ele a criança se inicia no mundo adulto por meio da brincadeira e pode antever os seus papéis e os valores futuros. Por meio da brincadeira a criança vai se desenvolver socialmente, conhecerá as atitudes e as habilidades necessárias para viver em seu grupo social. A imaginação vai ajudá-la a expandir as suas habilidades conceituais. Na sua função imitativa, a criança aprende a conviver com as atividades culturais; usando a brincadeira ela estará estimulando o seu desenvolvimento, aprendendo as regras dos mais velhos. (MARANHÃO, 2007, p.31)

E continua, ainda sobre Vygotsky:

Vygotsky entende a brincadeira como uma atividade social da criança e através desta a criança adquire elementos imprescindíveis para a construção de sua personalidade e para compreender a realidade da qual faz parte. Ele apresenta a concepção da brincadeira como sendo um processo e uma atividade social infantil (MARANHÃO, 2007, p.30).

Patrícia Corsino destaca a importância da teoria de Vygotsky para a infância:

A teoria de Vygotsky sugere uma síntese, não como soma ou justaposição entre o ser e o vir a ser da criança, mas entende que no agora de cada criança intrinsecamente está presente o que foi antes e o que será depois. Sua abordagem sócio histórica também desconstrói a ideia abstrata e neutra de infância, situando-a ativamente na cultura (CORSINO, 2008, p.5).

Numa visão sócio histórica, a brincadeira é uma atividade específica da infância, onde a criança recria a realidade. Essa é uma atividade social, com contexto cultural e social. Através da brincadeira, a criança estabelece vínculos e pode experimentar novas situações e lhe é garantida a possibilidade de uma educação criadora, voluntária e consciente.

WAJSKOP (1999, p. 32) afirma que "*Do ponto de vista do desenvolvimento da criança, a brincadeira traz vantagens sociais, cognitivas e afetivas.*" A brincadeira acontece onde quer que a criança se encontre, independente do local. Basta um pequeno estímulo, uma situação, um objeto para que sua imaginação a leve para um mundo repleto de criatividade e movimento, expressando o seu interior.

O papel do brincar na educação da criança é fundamental. A vivência instantânea provocada pelo brincar dá a chance da criança exteriorizar seus sentimentos, exercitar sua iniciativa, assumir a responsabilidade por seus atos. Através da brincadeira, a criança aprende a viver e trabalha a sua autoestima.

2.2O papel do brinquedo na infância

De acordo com PEREIRA:

“São os adultos que, em primeira instância, oferecem brinquedos às crianças. Ao imaginar e produzir brinquedos para as crianças, os adultos interpretam ao seu modo a sensibilidade infantil, pressupondo e inferindo aquilo que as crianças necessitam ou desejam. Entretanto, é insuficiente tentar compreender a realidade dos brinquedos apenas a partir do espírito infantil, pois tanto sua produção e circulação, quanto a atividade de brincar com eles, interligam-se a uma ampla rede social e cultural.” (PEREIRA, 2009, p.2).

O brinquedo, visto como objeto de suporte a brincadeira, permite à criança criar, imaginar e representar a realidade e as experiências por ela adquiridas com naturalidade, proporcionando a aquisição de habilidades e conhecimentos. Visto como objeto externo, o brinquedo auxilia a imaginação a contextualizar situações reais e determinadas ações; além das representações e trocas de papéis.

A tendência de uma criança pequena é satisfazer seus desejos imediatamente, e o intervalo entre o desejo e a satisfação é curto demais. No início da pré-escola surge uma grande quantidade de desejos que não podem ser imediatamente satisfeitos ou esquecidos, e ainda que mais velhos, permanece a característica de uma tendência para satisfação imediata desses desejos, mas o comportamento da criança muda.

Para resolver essa tensão a criança envolve-se num mundo ilusório e imaginário onde os desejos não realizáveis podem ser realizados, e é nesse mundo que o brinquedo entra. A imaginação nas crianças é o brinquedo sem ação.

Nessa perspectiva, torna-se claro que o prazer derivado do brinquedo é controlado por motivações diferentes para a realização dos seus desejos. A presença de tais emoções generalizadas no brinquedo significa que a própria criança entende as motivações que dão origem à brincadeira.

No brinquedo a criança cria uma situação imaginária. A situação imaginária de qualquer forma de brinquedo já contém regras de comportamento, embora não seja um jogo com regras formais estabelecidas. Quando a criança imagina-se como mãe e a boneca como criança e, espontaneamente obedece-se às regras do comportamento maternal.

O brinquedo possui uma enorme influência no desenvolvimento de uma criança. Para a criança pequena, que ainda não consegue envolver-se numa situação imaginária, o brinquedo vai ser a ponte entre o real e o imaginário, a criança aprende a agir numa esfera cognitiva. Os objetos, no caso aqui os brinquedos, tem uma força motivadora às ações de uma criança.

No brinquedo, a criança atua com significados desligados dos objetos e ações aos quais estão habitualmente vinculados; todavia, uma contradição muito interessante surge, uma vez que, no brinquedo, ela inclui, também, ações reais e objetos reais.

Diva Maranhão fala sobre essa relação da criança com o brinquedo:

No brinquedo, a criança opera com um significado alienado numa situação real. Através do brinquedo, ela faz o que mais gosta de fazer, porque ele está unido ao prazer; ao mesmo tempo, ela aprende a seguir os caminhos mais difíceis, subordinando-se às regras e,

por conseguinte, renunciando ao que ela quer, uma vez que a sujeição às regras e a renúncia à ação impulsiva, constituem o caminho para o prazer no brinquedo. (MARANHÃO, 2007, p.15)

O brinquedo proporciona mudanças no que se refere às necessidades e à consciência da criança. A criança, com o brinquedo pode colocar hipóteses, desafios, além de construir relações, com regras e limites impostos pelos adultos.

A criança cria uma situação imaginária no brinquedo. Desta forma, o brinquedo proporciona a criação por parte da criança, e também é fruto da sua imaginação. Uma das características principais do brinquedo é a motivação que ele proporciona para a criação do mundo imaginário vital para o desenvolvimento global do ser humano. É a partir do brinquedo que a criança aprende a agir.

2.3 O professor e as atividades lúdicas

Como citado anteriormente, na escola, desde cedo, a criança também tem a necessidade de brincar como forma de socialização e interação com a experiência dos adultos e do mundo criado por eles. Sendo assim, a brincadeira é uma atividade humana, no qual as crianças nelas envolvidas assimilam e recriam a experiência sociocultural dos adultos.

Hoje em dia, a função de criar condições para o brincar esta sendo, cada vez mais, transferido da esfera familiar para a esfera institucional das creches e pré-escolas. Ainda assim, ação do brincar não é, muitas vezes, de fato valorizada pelos professores, e por aqueles envolvidos na educação.

Na prática podemos observar que embora algumas escolas tenham um espaço reservado para que o brincar possa acontecer, as brinquedotecas, por

exemplo, os professores demonstram maior preocupação em cumprir com os objetivos pré-definidos pelos programas escolares para cada faixa etária, e com isso, o brincar fica restrito ao intervalo entre as atividades. Frequentemente o brincar e a escolha dos materiais lúdicos são reservados como uma atividade para depois de as crianças terminarem o “trabalho”.

No momento da brincadeira é importante que o professor observe seus alunos. Tanto o brincar livre, quanto o brincar envolvido em situações educacionais proporciona não só um meio real de aprendizagem como permite também que os professores aprendam a sobre as crianças e suas necessidades, a “ler” suas expressões verbais, e principalmente corporais e sentimentais.

Rita Marisa Ribes Pereira comenta a observação que deve ser feita na ação do brincar, quando diz que:

“Observar com atenção tais construções imaginárias em muito nos ajuda a melhor compreender as crianças e os processos cognitivos, sociais, afetivos envolvidos na atividade do brincar. Tal observação fornece pistas, ainda, sobre a importância que pode ter a presença dos adultos – pais ou professores – nas brincadeiras infantis.” (PEREIRA, 2009, p.1).

Fica clara a importância do papel que o professor vai desenvolver no momento da brincadeira, pois é ele quem vai criar espaços, observar, oferecer os materiais e participar das brincadeiras, ou seja, mediar a construção do conhecimento. O professor é mediador e fazendo parte da brincadeira, ele terá oportunidade de transmitir valores e a cultura da sociedade. O professor estará possibilitando a aprendizagem da maneira mais criativa e social possível.

Porto (2008) ressalta como o professor deve agir mediante a atividade dirigida, para saber diferenciá-la da brincadeira essencialmente infantil.

Os professores não devem hesitar em organizar e propor atividades dirigidas e construídas em função de objetivos pedagógicos, mas que tenham uma lógica completamente diferente da brincadeira. A relação entre a brincadeira e as atividades dirigidas é também interessante, visto que as duas formas podem se enriquecer mutuamente.(PORTO, 2008,p.7)

E continua, ainda sobre as atividades dirigidas.

As atividades dirigidas podem sugerir ideias, oferecer oportunidades de as crianças ampliarem sua visão de mundo. As crianças podem, depois, transferir suas descobertas para suas brincadeiras. Reciprocamente, o professor pode observar o conteúdo cultural da brincadeira para desenvolver outras atividades que, desse modo, vão partir dos interesses demonstrados pelas próprias crianças. Quando a brincadeira é valorizada em todas as fases da vida, as crianças aprendem com os adultos e estes aprendem com as crianças.(PORTO, 2008, p.7)

Nesse sentido, é preciso compreender que a brincadeira é uma linguagem natural da criança, e por isso é importante que esteja presente na escola desde a educação infantil para que a criança, através dela, possa se colocar e se expressar. E o professor aprender com o próprio aluno a planejar suas atividades.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil relata a importância do professor como mediador das atividades lúdicas. De acordo com o Referencial o professor de Educação Infantil não se limita a fornecer informações, mas procura meios através dos quais as crianças possam vivenciar experiências concretas e refletir sobre elas, de acordo com as suas capacidades e conhecimentos, apropriando-se de novas linguagens, informações e habilidades. Além disso, o RCNEI aponta o brincar como instrumento próprio e necessário da criança.

É preciso que o professor tenha consciência que na brincadeira as crianças recriam e estabilizam aquilo

que sabem sobre as mais diversas esferas do conhecimento, em uma atividade espontânea e imaginativa (RCNEI, 1998, p.29).

Nesta perspectiva, a proposta da brincadeira na escola é de uma brincadeira que permita a criança imaginar e que contribua com a aproximação da criança ao mundo real, por meio da fantasia e do jogo simbólico. Portanto, com a brincadeira, cria-se um espaço de experimentação e internalização de diversos conhecimentos.

Para que a brincadeira aconteça verdadeiramente, é necessário que o professor tenha consciência do valor da brincadeira e dos jogos para a criança. Isso indica que na escola precisamos de professores capazes de compreender o ato de brincar da criança, reconhecendo que é uma das possibilidades de observar onde as crianças precisam de mais atenção em sua aprendizagem e desenvolvimento geral.

É importante que todo o professor que deseja utilizar o brinquedo saiba que sua principal característica como um instrumento para mediar a aprendizagem é o prazer. Nota-se pelo olhar das crianças, a motivação em querer fazer parte da brincadeira e continuar brincando se a atividade lúdica está dando certo, do ponto de vista infantil. O professor que não observa essas características estará sujeito a desistir dessa prática. *bon!*

Para que exista de fato uma valorização por parte dos professores e das escolas em torno das brincadeiras, é necessário que se repense as práticas educacionais que vigoram. A brincadeira pode e deve ser incentivada na Educação Infantil.

Nesse sentido, como primeiro passo, torna-se papel do educador oferecer tempo necessário e espaços ricos de informação para os jogos e brincadeiras, sendo possível se trabalhar conteúdos a partir delas, ou também para a brincadeira livre, espontânea. *“A intervenção do educador durante as brincadeiras realizadas pelas crianças nas instituições escolares é de suma importância, mesmo que seja no brincar espontâneo.”* (TEIXEIRA, 2010, p.66).

A intervenção que cito pode ser desde a oferta de materiais, espaços e tempos adequados para que o brincar aconteça, até a intervenção relacionada à estimulação da imaginação das crianças, despertando ideias e participando das brincadeiras com as crianças quando solicitado, compartilhando sensações e reações com as crianças.

Na observação das brincadeiras infantis é possível revelar o progresso das crianças: *“Por meio das brincadeiras os professores podem observar e constituir uma visão dos processos de desenvolvimento das crianças em conjunto e de cada uma em particular.”* (RCNEI, 1998, p.28).

Além disso, na observação é possível perceber quais são os interesses das crianças, os diálogos trocados entre elas nos permite observar suas dúvidas. Como as crianças recriam a sua realidade e transformam-na na brincadeira, é possível o professor notar como elas estão “lendo” o que vivenciando na sua vida escolar e fora dela.

Daniela Guimarães sugere como essas manifestações infantis podem ser valorizadas a favor do trabalho do professor.

Se considerarmos as manifestações infantis na estruturação dos nossos fazeres, o cotidiano define-se de modo vivo, construído pelos adultos *com* as crianças, num plano dialógico. (GUIMARÃES, 2004, p.1)

Nessa visão, a criança é considerada como sujeito social, com ideias que contribuem para a organização do trabalho.

Cabe, portanto às escolas de Educação Infantil criarem oportunidades, reservar tempo, espaço e materiais adequados para o brincar e assim possibilitar ao professor a vivência, a percepção de que, no brincar, a criança é mais espontânea. No dia-a-dia, é necessária a exploração das necessidades explicitadas pelo brincar, assim como tempo para conversar sobre ele, ampliando a aprendizagem por meio do brincar dirigido. No brincar dirigido, com a criança mais relaxa^{da}, é possível observar falas e atitudes das crianças que talvez não fosse possível numa conversa formal. A oportunidade para avaliar as respostas, compreensões e incompreensões da criança se apresenta nos momentos mais relaxados que o brincar espontâneo proporciona.

CONCLUSÃO

Após a pesquisa bibliográfica, vimos que a criança aprende enquanto brinca. De alguma forma a brincadeira se faz presente e acrescentam elementos necessários à interação com o outro. O direito de brincar de qualquer criança está expresso em Lei e deve ser respeitado por aqueles envolvidos na educação.

A partir da visão apresentada neste trabalho, o brincar da criança não deve ser considerado uma atividade complementar a outras ditas “pedagógicas”, ou uma atividade reservada para a hora depois do trabalho, mas sim como atividade fundamental para a constituição da identidade cultural e personalidade da criança.

Além da interação que a brincadeira proporciona, a relação que a criança estabelece com a brincadeira permite que a criança tenha a oportunidade de organizar seu mundo seguindo seus próprios passos. Brincar é uma necessidade do ser humano, quando brinca ele pode aprender de um jeito mais profundo, pode criar e recriar seu tempo e espaço, e consegue através da brincadeira adaptar-se melhor às modificações da vida real.

Nos momentos de brincadeira a criança pode pensar livremente, ousar e imaginar, nessa hora não existe medo de errar, nessa hora ela é livre para criar. Nessa hora ela é o que deseja ser, e transforma o que quer no que ela quer que seja.

É importante que a ação do educador se oriente no sentido de ampliar o repertório das crianças, não só do ponto de vista linguístico, como também do

cultural. Cabe ao educador a tarefa de alimentar o imaginário infantil, de forma que as atividades das crianças se enriqueçam, tornando-se mais complexas pelas relações que se vão estabelecendo.

Ao educador cabe, então, tendo em vista a compreensão e o conhecimento da evolução das crianças, pensar que tipo de atividade propor, tendo clareza de intenção, isto é, sabendo o que as crianças podem se desenvolver com a atividade proposta. Um segundo ponto, também fundamental, é o encaminhamento da atividade, ou seja, a definição de como ela será realizada, prevendo a ocupação do espaço e o limite do tempo, de acordo com a natureza da própria atividade, permitindo a realização dos movimentos em sua amplitude.

Assim pode-se dizer que o brincar da criança não pode ser considerado uma atividade complementar a outras de natureza dita pedagógica, mas sim como atividade fundamental para a constituição de sua identidade cultural e de sua personalidade.

Todo o referencial teórico aqui abordado vem de encontro com a minha própria necessidade de incorporá-lo a mim mesma para o exercício do meu trabalho enquanto educadora. Na escola, procurarei saber ouvir, conhecer e reconhecer a criança, a sua necessidade, o seu desejo.

Finalizando, acredito que a brincadeira é insubstituível, desde a primeira fase. *“É no brincar, e talvez apenas no brincar, que a criança ou adulto fruem sua liberdade de criação”* (Winnicott, D. W, 1975).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais- CCH
Escola de Educação - EE

MONOGRAFIA II

ALUNO(A)/matrícula: Deborah Pires Gonçalves / 20062351123

TÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO: A importância do
brincar na Educação Infantil

ORIENTADOR(A): LEA TIRISA

FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL

PRIMEIRO AVALIADOR

Professor convidado: Adrienne Ogêda Guedes

Nota: 10

Considerações:

A monografia da aluna Deborah Gonçalves aborda um tema relevante para o campo da educação de um modo geral. Pensar a importância do brincar no desenvolvimento e inserção cultural da criança é, efetivamente, uma urgência!

O referencial teórico, tanto com relação à apresentação da legislação que baliza as práticas na Educação Infantil quanto com relação aos estudos sobre o brincar são atualizados e foram muito bem apresentadas e discutidas neste trabalho.

Vale destacar a correção textual e o desenvolvimento bem articulado e de leitura prazerosa que a aluna realizou.

DATA:

Assinatura: Adrienne Ogêda Guedes

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de (org.). **Educação infantil: muitos olhares**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PEREIRA, Rita Marisa Ribes. **Uma história cultural dos brinquedos: apontamentos sobre infância, cultura e educação**. IN: Revista Teias, vol. 10, nº20, 2009.

PORTO, Cristina Laclette. **Brincadeira ou atividade lúdica**. IN: Salto para o futuro, ano XVIII, boletim 07, maio de 2008.

SANTOS, Santa Marli P. dos (org.). **Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

TEIXEIRA, Sirlândia. **Jogos, brinquedos, brincadeiras e brinquedoteca – Implicações no processo de aprendizagem e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2010.

WAJSKOP, Gisela. **O brincar na educação infantil**. Caderno de Pesquisa, São Paulo, n.92, p. 62-69, fev., 1995.

_____. **Brincar na pré-escola**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SEGUNDO AVALIADOR

Professor orientador: _____

LEA TURIBA

Nota: _____

Considerações:

O Trabalho de De'Longh é um estudo sobre a importância do brincar, Tem de fundamental importância, seis meses das das Diretrizes Curriculares Nacionais e da Educação Infantil.

A aluna realizou um excelente Trabalho de pesquisa bibliográfica, articulando os fundamentos teóricos do brincar com a prática em que se assigura a brincadeira como direito das crianças.

Por seus méritos, a nota é 10.

Data: _____

14 de julho

Assinatura: _____

Lea Turiba

RESULTADO FINAL

Avaliador 1	Avaliador 2	Média final
10	10	10

Rio de Janeiro, 14 de julho de 2011.

Lea Turiba

Prof. Orientador